

Práticas de leitura medievais na era digital: a proposta de marginalidade no conhecimento



Soledad Analía Ayala¹

Resumo

A partir dos resultados de um levantamento empírico que inclui estudantes e professores de 2º e 5º ano de duas Faculdades públicas e duas privadas, Direito e Engenharia de Sistemas, propomos, no presente trabalho, a noção de *marginalidade no conhecimento* semelhante às práticas de leitura atuais. Essa noção tem, em alguns aspectos, proximidade com as práticas de leitura existentes na Idade Média. Mesmo quando o acesso material está garantido existe uma desigualdade relativa ao acesso cultural que deixa fora uma ampla porcentagem de leitores.

Palavras-chaves: Práticas de leitura, Suportes papel e digital, Idade Média, Marginalidade no conhecimento.

Resumen

A partir de los resultados de un trabajo de campo llevado a cabo con estudiantes y docentes de 2º y 5º año de las carreras de Derecho e Ingeniería en Sistemas de dos Facultades públicas y dos privadas, se propone la noción de *marginalidad en el conocimiento* similar para las prácticas de lectura actuales. Esta noción tiene, en algunos aspectos, similitudes con las prácticas de lectura que había en la Edad Media. Aun teniendo el acceso material asegurado, existe una desigualdad referida al acceso cultural que deja por fuera a un amplio porcentaje de lectores.

Palabras claves: Prácticas de lectura, Soportes papel y digital, Edad Media, Marginalidad en el conocimiento.

Summary

Taking as a starting point the results of a fieldwork carried out with students and professors of the 2nd and the 5th year of two Universities (two public and two private) of Law and Engineering Systems Faculty, the idea of knowledge marginality is proposed for the current reading practices. This idea has, in certain aspects, similarities with the middle ages practices. Even when the material access is guaranteed, there are cultural inequalities that exclude a big percentage of readers.

Key-words: Reading practices, Paper and digital platforms, Middle Age, Knowledge marginality.

¹ Becaria PostDoctoral CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas). Investigadora del Instituto de Estudios sobre Ciencia y Tecnología (IESCT) de la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ). Miembro del Centro de Investigación en Mediatizaciones (CIM) de la Universidad Nacional de Rosario (UNR).

Introdução à ideia

O presente trabalho propõe a ideia de marginalidade no conhecimento, desafiando o pressuposto existente de que uma maior disponibilidade de materiais de leitura² em suporte papel e digital-livros impressos ou digitais, notas fotocopiadas, *papers* de bases de dados, *sites web*-, implica um maior uso e leitura dos mesmos.

É o mesmo que dizer que na era digital, quando se aumentou o acesso à informação, emergiram processos que constroem barreiras excedentes aos fatores materiais. Uma das razões principais para evidenciar esta ideia é que, mesmo tendo o acesso material assegurado, existe uma desigualdade no acesso cultural que inclui: 1) desconhecimento de diversas fontes de conteúdos disponíveis (como bibliotecas virtuais, bases de dados científicos); 2) o modo em que fatores econômicos e legais condicionam o acesso para ler em papel ou digital; 3) a ausência de habilidades para procurar informação, especialmente, se referido aos mecanismos de pesquisa avançados; e, por último, 4) a impossibilidade de ler conteúdos em um idioma diferente ao nativo. Isso, entre outros fatores, nos leva a identificar diversos padrões de uso e características específicas das práticas de leitura atuais.

Estes obstáculos mencionados apareceram como parte dos resultados da pesquisa e permitiram identificar processos atuais nos quais se constroem práticas de leitura com algumas características similares àquelas que tinham lugar na Idade Média.

Para demonstrar esta ideia, realizou-se um trabalho empírico e, como resultado, foi construída a noção de *marginalidade cognitiva* ou *marginalidade no conhecimento*. Ela foi desenvolvida a partir de um levantamento de dados retirados de uma tese doutoral intitulada “*Usos de materiais educativos disponíveis em suporte papel e digital nas Universidades Argentinas (2011). Uma abordagem às práticas de leitura atuais*”. O propósito da investigação foi identificar e analisar como os mencionados obstáculos configuram práticas de leitura específicas numa época em que o suporte papel coexiste com o suporte digital.

O estudo da leitura foi relacionado com o conhecimento, os processos de escritura (Cavallo e Chartier, 1998; Olson e Toorance, 1991; Ong, 1982), a aparição da figura do autor – em um sentido legal- e com os leitores (Barthes, 2007; Eco, 1981). As práticas de leitura também são práticas sociais, culturais, educativas, e políticas (Briggs e Burke, 2002; Cavallo e Chartier, 1998; Chartier, 1994, 1996; Darnton e Saborit, 2003; Eisenstein, 2005; Febvre e Martin, 1997; Olson, 1994). Contudo, também foram ligadas com os tipos de formatos para ler e a maneira em que foram construídos, relacionando fatores técnicos com sociais (Chartier, 1994, 1995; Eisenstein, 2005; O’Donnell, 1998). Na atualidade, a forma em que as pessoas empregam ambos suportes define as práticas próprias de nosso contexto; mas, também, define as barreiras, materiais e culturais, que podem ser encontradas. A identificação e conhecimento dos dois obstáculos são essenciais para compreender as características culturais predominantes de nosso tempo.

² A denominação de materiais de leitura ou de estudo foi criada ao início do trabalho de campo e inclui: livros, fotocópias de livros, notas acadêmicas, textos escaneados (na sua maioria em formato de Word, PDF ou Excel) que podem ser lidos em CD, DVD ou nas plataformas digitais de cada uma das Faculdades com as que se fez o trabalho de campo.

Desta maneira, a categoria de *marginalidade cognitiva* está relacionada com a configuração sócio-técnica que os obstáculos mencionados constroem nos modos de acesso para consumir conteúdos disponíveis em suporte papel e digital. Ou seja, excede amplamente a ideia de uma simples e reducionista lacuna digital. Neste sentido, coincidimos com a linha proposta pelos autores van Dijk e Hacker (2003) e Selwyn (2004), respeitando que na atualidade o acesso aos conteúdos são complexos e não podem ser apenas reduzidos a uma perspectiva material.

Hoje, as tecnologias digitais abundam: computadores, telefones celulares, *tablets*. Porém, num tempo em que as tecnologias digitais são uma das mais empregadas na vida cotidiana é de suma importância conhecer seu impacto nos processos sociais e culturais. A disponibilidade de suportes digitais não implica ao usuário a leitura dos conteúdos ali disponíveis. Os diferentes tipos de textos que os leitores leem (livros, *papers*, apontes acadêmicos, etc.) nos distintos suportes (papel, digital/*online*) nos levam a pensar em diferentes tipos de usos e leituras dependendo do tipo de texto e de suporte. E, a sua vez, nos conduz a interrogarmos sobre os possíveis obstáculos que podem atuar como limitantes ou condicionantes desses usos. Refletindo no caráter transitivo das práticas de leitura, a análise, aqui exposta, está focalizada nas relações de poder locais e como elas são construídas.

O marco teórico

Analisar as práticas de leitura implica, simultaneamente, analisar os materiais que são empregados para ler. Neste sentido, eles foram usados como ponto de partida da investigação científica para conhecer “os usos ou apropriações que dos textos possam fazer os leitores” (Chartier, 2005, p. 10), com o objetivo de identificar e analisar os traços das práticas de leitura atuais.

Assim, quando falamos de materiais de leitura, surge uma interrogação: ao que nos remetemos? O livro é ainda tão forte como ícone principal da leitura que, às vezes, os participantes do trabalho de campo achavam muito difícil pensar em processos de leitura associados a outros materiais diferentes não só ao livro, mas, principalmente, ao papel; por exemplo: notas de cátedra, diversos materiais fotocopiados, arquivos em Word, Excel ou PDF, *papers* de bases de dados ou material disponível *online* em diversos *sites web*. Ler um livro, uma nota de cátedra, um texto escaneado e disponível em PDF, ou um jornal *online* implica primeiro ter solucionado o acesso material, isto é, pagando o material ou o serviço de Internet.

Isto que parece simples e de sentido comum, muitas vezes não o é porque também significa ter desenvolvido as capacidades básicas para ler, procurar informação, reconhecer e entender as principais ideias. E nem todos os leitores podem fazer isso. Neste sentido, um dos objetivos da investigação foi identificar e compreender como se inter-relacionam as vantagens e desvantagens que os leitores encontram na sua leitura usando os suportes papel e digital, configurando práticas específicas de nosso contexto. Esta modalidade de inter-relação, atravessada por aspectos culturais, sociais,

econômicos e legais, adquire um lugar de muita importância.

Em outras palavras: quais são os processos que estão tendo lugar com o uso das tecnologias papel e digital? Para atingir esse propósito, foi levado a cabo uma pesquisa com os principais postulados teóricos da construção social da tecnologia (siglas CST). As principais ideias deste marco referencial possibilitaram recuperar as características de nosso tempo presente, incluindo aspectos culturais, históricos geográficos, legais, educativos e econômicos. Mas, também, permitiram associar e incluir autores de outros campos que estudam a leitura (Barthes, 1989, 2007; Cavallo e Chartier, 1998; Chartier, 1994, 1995, 1996, 1997; Darnton e Saborit, 2003; Eco 1981; Eisenstein, 2005; O'Donnell, 1998; Olson, 1994; Olson e Torrance, 1991); as práticas (Bourdieu, 1984; De Certeau, 1999; Foucault 1977, 1979, 1980, 1990, 1997; Geertz, 1983); e, por último, as tecnologias e as categorias mais relevantes da CST (Bijker et al., 1987; Bijker e Law, 1992; Bijker, 1995; Briggs e Burke, 2002; Pinch e Oudshoorn, 2003; Silverstone, e Hirsch, 1992; van Dijk e Hacker 2003).

Estes três conceitos, divididos a partir de um ponto de vista analítico, foram a principal referência para analisar os rasgos das atuais práticas de leitura e estiveram inter-relacionados em todas as etapas da investigação: na perspectiva para analisar a temática, no desenho do trabalho de campo e nas análises dos resultados. Foram cruciais para identificar os limites, os problemas e o modo em que as práticas são construídas.

A decisão de escolher a perspectiva teórica de CST permitiu desenvolver a análise de um lugar diferente ao determinismo tecnológico e considerar que a ideia de tecnologia não é igual, e não pode ser reduzida à tecnologia da informação e comunicação (em adiante TIC). Tecnologia significa muito mais que TIC: é um conhecimento particular conectado com linguagem, com modos de organização, com o desenvolvimento e implementação de técnicas específicas, práticas socioculturais e usos e relações construídas com determinados artefatos em particular. Estamos referindo-nos a relações de poder locais e a processos sociais, culturais, políticos e econômicos que atravessam nossas práticas cotidianas, podendo considerar-se os trabalhos dos autores citados nos parágrafos precedentes como as produções de maior referência.

Mais ainda, uma das razões principais para usar a CST é que permite analisar as práticas de leitura conectando aspectos sociais e tecnológicos em uma mútua inter-relação, que possibilita compreender como as diferentes tecnologias e práticas são social e tecnologicamente construídas, respectivamente. Isso possibilitou dividir o artefato em três níveis analíticos diferentes relacionados com: 1) a construção do artefato; 2) a interação que os leitores constroem com as características do artefato; e 3) os aspectos sociais, econômicos, educativos e legais específicos do contexto. Desde a usabilidade que tem o artefato até o modo de relação que se constrói com ele, e os problemas e processos que podem ser identificados em um nível social. Este trabalho está centrado no terceiro nível.

A leitura é uma das mais antigas formas de comunicação, seja oral ou escrita. No entanto, a escrita (Cavallo e Chartier, 1998; Chartier, 1994, 1995,

1996, 1997; Foucault, 1997; Olson e Torrance, 1991) e a oralidade (Fleischer Feldman, Illich e Denny, em Olson e Torrance, 1991; Ong, 1982) são também umas das mais antigas tecnologias. O livro é o material de leitura moderno para ler conteúdos impressos; é um artefato muito bem desenhado em um nível visual e técnico. Usar o livro para ler é empregar de um modo especial uma tecnologia. O leitor deve saber como funciona, onde e como pode encontrar a informação mais pertinente, ser capaz de ler e compreender seus conteúdos. Em outras palavras, deve ter uma competência cultural, porém da mesma forma técnica. Deve reconhecer os caracteres, a linguagem em que o texto está escrito, as ideias principais e o contexto de produção; todavia, além disso, saber como passar as páginas, encontrar os dados relativos à edição, o autor (Barthes, 2007; Eco, 1979; Foucault, 1997).

Mesmo assim, ler é uma atividade também relacionada com o conhecimento e desenvolvimento de uma forma específica de subjetividade. Uma particular percepção do sujeito é associada com a introdução do livro, sua função, e os câmbios significativos que tiveram lugar quando apareceu como “(...) um novo lugar onde a realidade social é construída, um novo sistema de conceitos (...) do que pode ser conhecido ou visto” (Illich, 1998, p. 47). Por outra parte, Olson (1998) esclarece que as transformações nos significados da comunicação alteram as formas de representação e de consciência. Em outras palavras, as novas modificações que ocorrem nos âmbitos culturais têm um impacto direto nos modos de adquirir conhecimento (Olson e Torrance, 1998, p. 203). A relação que existe entre leitura e conhecimento é intrínseca, como também, as formas particulares de leitura estão relacionadas com as maneiras específicas de conhecer.

Porém, como se mencionou anteriormente, ler é uma prática. É um conceito difícil de *captar* pela sua complexidade teórica e empírica, mas plausível de ser observado, concebido, construído e analisado desde uma perspectiva sociológica (Bourdieu, 1984), antropológica (De Certeau, 1999; Geertz, 1983) e filosófica-política (Foucault, 1977, 1979, 1980). Considerando a perspectiva de Bourdieu (1984), as práticas de leitura podem ser vistas como hábito gerado *pele* status social e a posição que se tenha do campo, internalizadas em estruturas sociais de percepção, pensamento e ação. Não obstante, também podem ser vistas em formas táticas e estratégicas (De Certeau, 1999) que os leitores fazem: na seleção do suporte, na decisão acerca de que conteúdos ler, na eleição de imprimi-lo ou lê-lo desde a tela.

Com estas ações de pequenas táticas, os leitores criam específicos *modos de fazer* a relação que constroem com cada suporte, cada tecnologia.

As normas culturais são práticas carregadas de significado, modos de conduta, atos por meio dos quais nos expressamos, criamos sentidos, estabelecemos conexão, compartilhamos valores. A interpretação de uma prática implica modos de interação com o outro, por exemplo, de ironia, suporte, rejeição, aceitação, resistência, ou seja, fazê-los em uma base de significados, culturalmente, construídos (Geertz, 1983).

Neste sentido, as práticas não podem ser reduzidas a simples modos de comportamento, são práticas sociais nas quais podemos achar técnicas

disciplinares, sujeitos de conhecimento, objetos, conceitos, formação de verdades e modos de governo (Foucault, 1977, 1979, 1980, 1990, 1997). As práticas têm um lugar no jogo específico de relações de poder, entendendo por poder “as relações de força próprias e imanentes do domínio em que são exercidas” (Foucault, 1996:, p.112). São construídas a partir de configurações locais e específicas de poder e, além dos conceitos de cada perspectiva teórica, cada uma delas coincide em um ponto: o sujeito é ativo. Não há uma superestrutura que determina as práticas, não há práticas que sejam exercidas, porque respondem a ações através das quais o sujeito é manipulado, como poderia pensar-se desde uma perspectiva marxista.

Atualmente, o leitor tem fontes de informação em papel ou digital: livros, notas das assinaturas, conteúdos disponíveis *online*, *papers* em bases de dados científicos, documentos em Word, PDF, Excel entre outros formatos. Mas ler, em qualquer dos dois suportes, implica entender que o acesso a conteúdos digitais, e a qualquer outro, não é igual a seu uso (Selwyn, 2004) e a sua leitura. Porém, o acesso aos conteúdos em papel não é foco de análise, da mesma maneira que é foco de análise o debate sobre o potencial das tecnologias digitais enquanto modos de exacerbar ou diminuir a exclusão social (Selwyn, 2004), e também cultural.

Há variadas facetas do conceito de acesso, “é o primeiro obstáculo na investigação e discussão sobre a inequidade da informação” (van Dijk, e Hacker, 2003, p. 315). Em seu artigo denominado “*The digital divide a complex and dynamic phenomenon*”, este autor questiona a ideia reducionista que se constrói quando se pensa o acesso em termos lineares. Para ele sob essa perspectiva se excluem, sistematicamente, uma variedade de fatores sócio-técnico. Quatro são os tipos de acesso e barreiras definidos pelo autor:

1. Falta elementar de experiência digital causada pela falta de interesse, a ansiedades frente ao computador, e não sentir-se atraído pela nova tecnologia. Acesso Mental; 2. Não ter um computador ou conexões de rede. Acesso material; 3. Ausência de habilidades digitais causadas pela insuficiência e inadequadas condições educativas o por suportes sociais. Habilidades de acesso; 4. Ausência de oportunidades significativas de uso. Acesso de Uso (van Dijk, e Hacker, 2003, p. 315-316).

Retomando suas ideias, deve considerar-se que o acesso abarca o desenvolvimento de capacidades e habilidades no manejo do *hardware* e do *software* e, também, de fatores idiomáticos e econômicos; está vinculado com costumes e práticas que fazem os sujeitos. O acesso é uma primeira porta para poder ler, seja em papel ou digital, e a diferenciação nos usos é que vai trazer como resultado uma inequidade no nível social conforme análise efetuada por van Dijk e Hacker (2003). O certo é que o acesso a um ou outro suporte constrói um limite, uma diferença – no nível social e cultural- em o que pode ser efetivamente lido.

Como foram estudadas as práticas? A metodologia

Para obter dados empíricos que confirmassem a ideia que uma maior disponibilidade de informação não implica que seja usada e depois lida, realizou-se um trabalho de campo com estudantes e professores de 2º e 5º ano de quatro Faculdades (duas públicas e duas privadas, cada uma pertencente a uma universidade diferente) das carreiras de Direito e Engenharia em Sistemas na cidade de Rosário (Argentina).

A delimitação ao nível educativo superior permitiu observar e identificar os fatores e problemas no acesso que atores de diferentes idades e níveis socioeconômicos encontram nos usos dos materiais de leitura. Neste sentido, as Faculdades ofereceram uma amplitude nas características da amostra que nenhum outro lugar tinha. Isso permitiu tomar conta da complexidade que rodeia a coexistência do papel com o digital.

Para obter diversidade nos dados qualitativos e quantitativos pesquisados, efetuou-se uma estratégia de triangulação de técnicas que incluiu observações nos participantes, sondagem e entrevistas. As técnicas utilizadas permitiram identificar quais são os materiais disponíveis em papel e digital, assim como identificar os fatores e os problemas mais relevantes que os leitores encontram para ascender à leitura em cada um dos suportes. Isto permitiu relacionar dados de diversas naturezas e efetuar uma análise qualitativo-interpretativa da informação que foi coletada. A amostra incluiu 765 discentes e 30 docentes. O resultado da pesquisa empírica proporcionou dados que marcam uma clara diferença a respeito dos textos que são efetivamente lidos, quem pode lê-los e os problemas que os leitores encontram em seu uso e leitura. A pesquisa de campo possibilitou dados para compreender a complexidade das características das práticas de leitura através da identificação e inter-relação de elementos sócio técnicos. Isto permitiu reafirmar um dos pontos de partida da pesquisa: o incremento de conteúdos digitais não implica, necessariamente, uso e leitura, seja por fatores econômicos, idiomáticos ou desenvolvimento de habilidades para procurar informação ou a legitimidade das fontes. Ou seja, desde a aparição da tecnologia digital uma série de transformações teve lugar em determinadas práticas culturais, mas isto não tem sido sinônimo de que as tradicionais práticas, que tem lugar com o uso do papel, tenham sido substituídas.

Alguns resultados

Todos os materiais impressos (livros, notas acadêmicas e as fotocópias) têm um importante rol nas práticas de leitura atuais pelas vantagens que oferecem, sua tangibilidade e as possibilidades de ser transportado. Além disso, de acordo com as respostas, é mais fácil o acesso ao conteúdo. Como explicamos no princípio deste trabalho, o incremento de dispositivos digitais e Internet não implica, necessariamente, em um aumento na quantidade de conteúdos que são lidos. Neste sentido, podemos afirmar que, como explanamos na introdução deste artigo, um dos resultados da pesquisa de campo foi que práticas de leitura têm alguns parentescos com práticas que tinham lugar na Idade Média,

principalmente por quatro razões: 1)- o desconhecimento de diferentes fontes de conteúdos digitais, 2) os fatores econômicos e legais que atuam como obstáculos para ler em papel e digital, respectivamente, 3) as habilidades para procurar conteúdos utilizando mecanismos de busca avançada, e, 4) a possibilidade de ler em mais de um idioma.

Os fatores mencionados são os que aparecem como os obstáculos mais relevantes para todos os leitores entrevistados. Docentes e alunos identificam as mesmas barreiras. A combinação de todos, ou de alguns, faz com que só poucas pessoas possam ascender e ler uma grande quantidade de conteúdos que são inacessíveis para a maior parte dos leitores.

A primeira razão está relacionada com o desconhecimento de fontes de conteúdos disponíveis em digital. Mais de 50% dos alunos e professores desconhecem a possibilidades de ascender a conteúdos mediante diferentes serviços disponíveis nas bibliotecas das Faculdades, por exemplo: a consulta a bibliotecas virtuais nacionais, latino-americanas e estrangeiras, a base de dados da Secretaria de Ciência e Tecnologia da Nação (SeCyT) ou também outras contratadas pela instituição educativa (como por exemplo EBSCO), e os diversos materiais de investigação –teses, artigos científicos, dissertações em congressos-, que podem ser solicitados a outras instituições ou podem ser visitadas em diferentes websites. O acesso material está garantido quase 100%³, tanto para estudantes como para professores. Tanto uns como outros manifestaram em primeiro lugar desconhecer essas fontes e em segundo lugar aqueles que as conheciam expressavam que não eram *necessárias*, porque a principal fonte para consultar e ler – principalmente pela legitimidade dos conteúdos - era o livro em sua totalidade ou capítulos. Sobre isso, podemos dizer que só o 5,6% dos estudantes leem materiais das bases de dados, em contraste com um 92,4% que leem fotocópias que, em sua maioria, são fragmentos de livros ou notas acadêmicas produzidas pelos professores. Entretanto, o livro tem algumas importantes desvantagens: seu elevado preço, os livros que não ingressam no país, e os livros que não se podem acessar digitalmente. Este dado nos leva a identificar os segundos motivos relevantes: os fatores econômicos e legais que condicionam a leitura em papel e digital. Mais dos 70% de alunos e professores consideram que o preço dos livros impressos é muito elevado e, ademais, leem em suporte papel porque considera que é *muito melhor*, seja pelo contato com o papel, a qualidade material do mesmo, ou as vantagens para com a visão. Neste sentido, o alto preço é um dos condicionantes mais importantes para ler livros impressos na atualidade. Aqui, aparece o rol central da fotocópia para poder ler neste contexto de estudo. A reprodução técnica que facilita a fotocópia brinda duas vantagens: reduz o preço, permitindo que mais conteúdos sejam lidos por mais leitores; e permite o acesso a conteúdos que, de outra maneira, não poderia ser possível, como, por exemplo, fotocópias de livros que não são reeditados. Enquanto tanto os alunos quanto professores das carreiras de Direito e de Engenharia de Sistemas são os beneficiados pela fotocópia para os segundos o benefício é ainda maior considerando os elevados preços de livros estrangeiros, a maioria em inglês, que oferecem

² Somente dois alunos não têm computador próprio e usam o que está disponível na sala de leitura da Faculdade.

as últimas novidades do campo tecnológico. O outro obstáculo que alunos e professores identificam é o fato de que não estão traduzidos ao espanhol³. E aqui também, são os entrevistados de Engenharia de Sistemas os que sentem essa situação como uma barreira importante nas suas práticas de leitura próprias das características do campo profissional. Condições que não são as mesmas para os estudantes da carreira de Direito, quando os maiores conteúdos são *territoriais, próprios do lugar* e estão disponíveis em espanhol e em websites que são públicos. Neste sentido, a leitura de conteúdos em um idioma diferente da língua materna é uma das maiores barreiras nas práticas de leitura atuais para ascender a novas ideias, autores e novidades do campo profissional.

Por outra parte, as restrições de *copyright*, especialmente para os materiais em digital, é uma das maiores barreiras para ler nesse suporte. Mais dos 50% de alunos e professores de ambas carreiras concordam que *nem tudo está disponível em digital*, especialmente livros completos. Alguns dos impedimentos que encontram são: partes de alguns capítulos de livros, PDF que não podem ser baixados e só podem ser lidos na tela, links que levam ao leitor para outros *websites* (como, por exemplo, livrarias *online* para fazer a compra), textos mal escaneados que não podem ser bem lidos ou que possuem palavras chaves ressaltadas com *layers* feitos com *photoshop*. Esses impedimentos técnicos se apresentam à primeira vista como o problema maior, mas são o *copyright* e os direitos do autor que estão em jogo. A lei de propriedade intelectual⁴ não está atualizada e tampouco contempla os câmbios que tiveram lugar com a introdução das tecnologias digitais.

Neste sentido, para um grupo muito variado de leitores de diferentes idades e carreiras os fatores econômicos e legais condicionam mais o acesso que os fatores materiais.

Uma terceira razão é a implementação de mecanismos de pesquisa avançados para encontrar conteúdos. Em relação ao conhecimento de busca de mecanismos avançados, podemos dizer que a maior porcentagem de alunos de 2º ano – de ambas carreiras - não os conhece. Uma das principais razões é que os mecanismos do Google são tão *fáceis e intuitivos* que, portanto, não é necessário aprender as formas de pesquisa avançadas. Isto não coincide com os resultados obtidos nas entrevistas aos professores, que os utilizam em diversas atividades, seja no ensino, para suas tarefas profissionais ou para seu entretenimento. Porém temos que destacar que a maior porcentagem de uso de base de dados se apresenta por alunos do último ano das duas carreiras, especialmente nas Faculdades privadas, os quais também conhecem e usam os mecanismos de busca avançados para pesquisar conteúdos nas bases de dados específicas (os alunos de Direito) e *sites* de referência, como os blogs e foros especializados (os alunos de Engenharia de Sistemas), para controlar a fonte de informação e a veracidade. Pode ver-se aqui indícios de uma prática de *leitura focalizada*, que converge com o perfil da carreira, conectada com o uso dos mecanismos de pesquisa de uma forma mais profissionalizada. Quando os alunos estão mais avançados na carreira, o conhecimento do mecanismo de busca tem uma dimensão central: eles estão ligados com a

³ Nos parágrafos seguintes, o leitor vai encontrar pequenas porcentagens de alunos que podem ler em outro idioma.

⁴ A lei de propriedade intelectual número 11.723 e as modificações feitas na lei 25.036 não reconhecem as tecnologias digitais como suporte para a edição de obras.

qualidade, veracidade e atualidade dos conteúdos lidos. Neste sentido, os resultados da pesquisa mostram que, se a informação está publicada *online* em mais de cinco *websites*, então a fonte em digital tem o mesmo *status* que a fonte impressa, que hoje continua sendo a maior referência para ler.

Deve-se aclarar que saber quais são os variados mecanismos para procurar informação inclui, também, controlar a fonte e a veracidade do que está publicado. Conhecer os diversos mecanismos para publicar a informação implica mais ações que conversar no chat, carregar fotos/vídeos ou usar o Facebook; inclui o desenvolvimento de habilidades e de um critério interpretativo para selecionar a veracidade da fonte em função dos objetivos de pesquisa. É dizer, a realização de uma prática crítica de uso do suporte e de leitura dos conteúdos.

Outro inconveniente encontrado é, como já abordado em parágrafos anteriores, a capacidade para ler conteúdos em idiomas diferentes da língua materna. Saber ou não um segundo ou terceiro idioma incrementa ou diminui as possibilidades de acesso a diversas fontes de informação, de ler e interpretar novos textos, autores, ideias provenientes de outros contextos culturais e históricos. Neste sentido, a investigação mostrou que 86% dos alunos sabem inglês, 1,6%, italiano, 0,8%, francês e 0,7%, português; enquanto que 10,7% não sabem outro idioma a não ser espanhol. Mesmo que, à primeira vista, possa parecer que a porcentagem de alunos que saibam inglês como segundo idioma é elevada, deve-se considerar que 39,8% têm um nível médio, 35,4%, um nível básico, e só 23,6%, um nível superior. Por outro lado, 21,8% sabem um terceiro idioma, que podemos dividir da seguinte maneira: 7,7% sabem italiano, 7,6%, francês e 6,5%, português. Porém, esta situação parece problemática quando os alunos chegam ao último ano da carreira, momento no qual começam a procurar trabalho e entendem –especialmente, os estudantes de Engenharia em Sistemas - que precisam saber um segundo idioma para poder ler e estar informado sobre as últimas atualizações do campo profissional. O não saber outro idioma é um dos obstáculos mais importantes para que as práticas de leitura possam atravessar as *fronteiras* nacionais. Agora, em relação aos professores, parece termos um denominador comum como dado importante: das quatro Faculdades – as duas públicas e as duas privadas - menos da metade sabe um segundo idioma e, unicamente, três utilizam o inglês para o ensino em suas aulas.

A pesquisa de campo brindou com mais dados relevantes do que os expostos aqui, relacionados ao uso dos suportes impressos e digitais e à construção das práticas de leitura, mas, para os objetivos do presente trabalho, os dados apresentados são os mais importantes a serem mencionados.

Reflexões

É possível dizer que, em alguns aspectos, os resultados revelam certas semelhanças com as práticas de leitura da Idade Medieval. Neste sentido, podemos argumentar que só um grupo *privilegiado*, uma elite, é capaz de ler diferente tipo de conteúdos e tem a possibilidade de elevar-se a novas e diferentes fontes de informação com o objetivo de comparar opiniões,

conhecer novos pontos de vista e elaborar suas reflexões sobre diversos temas. É dizer, só um grupo altamente letrado, alfabetizado com conhecimentos e habilidades informáticas, conhece as diferentes fontes de conteúdos disponíveis, os mecanismos para ascender a eles, e todas as ferramentas necessárias para poder lê-los. Possivelmente, pode ser contraditório pensar que na era da informação digital, quando o problema de acesso material está solucionado, só uma pequena porcentagem de leitores pode efetivamente *saltar todos os obstáculos*, anteriormente mencionados, para poder ler diversos tipos de conteúdos disponíveis em suporte papel e digital.

A leitura está *restrita* por muitos fatores. Alguns são fronteiras idiomáticas: devido aos leitores que conhecem idiomas diferentes da língua materna, os *sites* visitados na *web* são, em sua maioria, locais ou nacionais (com exceção de alguns sites consultados com fins específicos pelos docentes e alunos da carreira de Engenharia em Sistemas) com conteúdos publicados em espanhol. A leitura se torna *territorial*, restrita ao espaço onde está o leitor, as práticas de leituras são construídas mediante fatores sociais e tecnológicos que *delimitam-na* a *sites* determinados. Antes, a maior porcentagem de leitores tinha *vetado* o acesso à leitura a diversos conteúdos, seja porque não os conheciam ou porque estavam escritos em outras línguas. Hoje, em um contexto tecnológico diferente, ocorre o mesmo. Na atualidade, mesmo que conteúdos de diversas partes do mundo estejam materialmente disponíveis, o leitor desconhece sua existência. E se conhece, deve ter uma combinação de habilidades desenvolvidas para poder lê-los. O leitor deve saber *como* encontrar os conteúdos, desenvolver um critério para *controlar* sua legitimidade e, depois, poder *saltar* barreiras idiomáticas. A combinação de todos estes fatores permite ver que a maior porcentagem de leitores fica *à margem* do conhecimento construído. Neste sentido, e em coerência com os dados encontrados no trabalho de campo, se pode dizer que, nas atuais práticas de leitura, existe uma *marginalidade no conhecimento*. Há uma *margem* nas quais muitos leitores ficam por fora. É dizer que, o acesso material garantido não é suficiente para finalizar com a desigualdade nas práticas de leitura, especialmente as relativas com o uso dos suportes digitais. Desta maneira, para poder ler hoje precisa-se muito mais que um acesso material garantido, seja em suporte papel ou digital. A noção de *marginalidade no conhecimento* mostra que o desconhecimento (com o perdão do paradoxo) de diversas fontes de informação disponíveis em digital, as limitações do lugar para ler em ambos os suportes em função de fatores econômicos e legais, a ausência do uso de mecanismos de busca avançados e a possibilidade de ler em idiomas diferentes da língua materna atuam, hoje, como as barreiras mais relevantes das práticas de leitura, tanto para ler em fontes de conteúdos em papel quanto digitais. Os dados empíricos possibilitaram mostrar que, para ler na atualidade, precisa-se muito mais que apenas ler e escrever: se exige saber interatuar com o desenho dos suportes, seu funcionamento, conhecer suas ferramentas, e saber como usá-las.

Antes, só um pequeno grupo de clérigos, escribas e as elites altamente letradas tinham todos os requisitos para ler. Hoje, pode-se dizer que os leitores

bilíngues e os usuários com um conhecimento avançado das habilidades informáticas, conforme a *elite* atual é, podem aceder, ler e comparar diversas fontes de conteúdos. Neste cenário, as práticas de leituras e a combinação de fatores técnico e social mostram uma complexidade que precisa de mais análise.

Pensando em outros tipos de práticas, como, por exemplo, aquelas relacionadas com os meios de comunicação, os mesmos fatores podem atuar, em algumas circunstâncias, como barreiras para usar e ler conteúdos de diversos meios de comunicação, como jornais de notícias, a televisão ou o rádio, sejam nacionais ou internacionais.

Em outras palavras, apesar dos avanços da tecnologia, seguimos lutando com *problemas culturais medievais* que devemos resolver. O limitado e desconhecido acesso a variadas fontes de informação, a restrita possibilidade dos leitores para ler o que está escrito em outros idiomas e a *territorialidade* que constroem as limitações que ocasionam os fatores econômicos e de copyright são os mais relevantes para se ter em conta. Em concordância com os dados expostos, pode-se pensar que os processos contemporâneos formais de alfabetização não contemplam a educação de todas as ferramentas que são imprescindíveis para ler no contexto atual, especialmente, para aquelas práticas de leituras que são construídas mediante o uso do suporte digital.

Referências bibliográficas:

Barthes, R. (1989). *El susurro del lenguaje*, Argentina: Paidós.

Barthes, R. (2007). *S/Z*, México: Siglo Veintiuno.

Bijker, W. E., Hughes, T. P. y Pinch, T. J. (1987). *The Social construction of technological systems: New directions in the sociology and history of technology*, Cambridge, Mass: MIT Press.

Bijker, W. E. y Law, J. (1992). *Shaping technology/building society: Studies in sociotechnical change*, Cambridge, Mass: MIT Press.

Bijker, W. E. (1995). *Of bicycles, bakelites, and bulbs: Toward a theory of sociotechnical change*, Cambridge, Mass: MIT Press.

Bourdieu, P. (1984). *La distinción*, México: Grijalbo.

Briggs, A. y Burke, P. (2002). *De Gutenberg a Internet. Una historia social de los medios de comunicación*, Madrid: Taurus.

Cavallo, G. y Chartier, R. (1998). *Historia de la lectura*, Madrid: Taurus.

Chartier, R. (1994). *The order of books: Readers, authors, and libraries in Europe between the fourteenth and eighteenth centuries*, Stanford, Calif: Stanford University Press.

Chartier, R. (1995). *Forms and meanings: Texts, performances, and audiences from codex to computer*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Chartier, R. (1996). *Escribir las prácticas. Foucault, De Certeau, Marin*, Buenos Aires, Manantial.

Chartier, R. (1997). *Pluma de ganso, libro de letras, ojo viajero*, México: Universidad Iberoamericana.

Darnton, R., y Saborit, A. (2003). *El coloquio de los lectores: Ensayos sobre autores, manuscritos, editores y lectores*, México: Fondo de Cultura Económica.

De Certeau, M. (1999). *La invención de lo cotidiano*. México: Universidad Iberoamericana.

Eco, U. (1981). *Lector in fabula*, Barcelona: Lumen.

Eisenstein, E. L. (2005). *The printing revolution in early modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.

Febvre, L., y Martin, H.-J. (1997). *The coming of the book: The impact of printing 1450-1800*, London: Verso.

Foucault, M. (1977). *Vigilar y castigar: nacimiento de la prisión*, México: Siglo Veintiuno Editores.

Foucault, M., Morris, M., y Patton, P. (1979). *Michel Foucault: Power, truth, strategy*, Sydney, Australia: Feral Publications.

Foucault, M., y Gordon, C. (1980). *Power/knowledge: Selected interviews and other writings, 1972-1977*. Brighton: Harvester Press.

Foucault, M. (1990). *Historia de la sexualidad*, México: Siglo Veintiuno.

Foucault, M. (1997). *La arqueología del saber*, México: Siglo Veintiuno.

Foucault, M. (1997). *Las palabras y las cosas: una arqueología de las ciencias humanas*, México: Siglo Veintiuno.

Geertz, C. (1983). *El conocimiento local*, Barcelona: Paidós.

Gregor E. Kennedy, Terry S. Judd, Anna Churchward, Kathleen Gray from Melbourne University (<http://www.ascilite.org.au/ajet/ajet24/kennedy.html>).

O'Donnell, J. J. (1998). *Avatares de la palabra*, Barcelona: Paidós.

Olson, D. R. (1994). *El mundo sobre el papel: el impacto de la escritura y la lectura en la estructura del conocimiento*, Barcelona: Gedisa.

Olson, D. R., y Torrance, N. (1991). *Cultura escrita y oralidad*, Barcelona: Gedisa.

Ong, W. J. (1982). *Oralidad y escritura: tecnologías de la palabra*, México: Fondo de Cultura Económica.

Oudshoorn, N., y Pinch, T. J. (2003). *How users matter: The co-construction of users and technologies*, Cambridge: MIT Press.

Selwyn, Neil. (2004). *Reconsidering political and popular understandings of the digital divide*. (<http://m.nms.sagepub.com/content/6/3/341.full.pdf>).

Silverstone, R., & Hirsch, E. (1992). *Consuming technologies: Media and information in domestic spaces*, London: Routledge.

van Dijk y Hacker (2003). "The Digital Divide as a Complex and Dynamic Phenomenon", *The Information Society*, 19(4), pp.315–326. ISSN: 1087-6537 Online, 19: 315-326, 2003. Available in: <http://web.nmsu.edu/~comstudy/tis.pdf>